

NOME: ANA MARIA MONTEIRO MARTINS

TÍTULO: ANÁLISE DA RESPONSABILIDADE POLÍTICA NO SISTEMA DE CRIMES DE RESPONSABILIDADE DO DIREITO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO

AUTORES: MOACIR HENRIQUE JUNIOR , ANA MARIA MONTEIRO MARTINS, ANA MARIA MONTEIRO MARTINS, MOACIR HENRIQUE JÚNIOR

AGÊNCIA FINANCIADORA (se houver): PApq/UEMG

PALAVRA CHAVE: RESPONSABILIZAÇÃO POLÍTICA, AGENTE POLÍTICO, SISTEMA CONSTITUCIONAL

RESUMO

Este trabalho pretende analisar as formas e o conteúdo da responsabilização política de agentes políticos no sistema constitucional brasileiro. A análise é centrada no sistema brasileiro de crimes de responsabilidade, com fundamentos na constituição federal e leis ordinárias. O objetivo geral é estudar as formas e o conteúdo da responsabilização política de agentes políticos no sistema constitucional brasileiro de crimes de responsabilidade. Já os objetivos específicos são analisar a natureza da responsabilidade política no Estado de Direito, o sistema de responsabilidade política no ordenamento constitucional brasileiro e o sistema de crimes de responsabilidade como forma de responsabilidade política no ordenamento brasileiro. A relevância científica se encontra na difusão do conhecimento sobre o tema, na esfera acadêmica, alcançando os discentes e docentes da Instituição, bem como instrumentalizar os operadores do Direito, a identificar e tratar o tema tão complexo, utilizando para tanto não só o ordenamento jurídico brasileiro, mas também o direito comparado. Em 'Mal-Estar ou fim dos amores políticos' Pierre Ansart analisa a forma como as democracias representativas distanciaram a política da afetividade e das emoções. Pierre Ansart descreve como a política assumiu formas abdicativas, negativas, e que tratam o político como algo inconspícuo. Segundo Ansart, as próprias formas de organização da política das democracias plurais conduzem ao localismo, às defesas comunitárias ou de pautas segmentadas que inibem os investimentos das massas ou da coletividade. A metodologia adotada no trabalho é a de pesquisa teórica com a utilização das construções da teoria política e da teoria constitucional. As fontes de pesquisa são bibliográficas e documentais. O resultado provisório é que o sistema brasileiro apresenta a peculiar feição de imputação de conduta criminal ao agente político para a responsabilização política.